

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2021.00000350-9**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Tiago Davi Schmitt, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Porto União, e de outro lado a empresa **Divisão Comércio de Combustíveis e Conveniência Ltda.**, CNPJ n. 07532604-0001/28, localizada na Avenida Getúlio Vargas, n. 858, centro de Porto União/SC, e-mail: *postodivisao@yahoo.com.br*, celular com WhatsApp: (42) 98818-1035, neste ato representando por Rogério Francisco Faesser de Souza, CPF n. 604.018.859-68, RG 1795738, doravante denominado(a) *compromissário(a)*,

**Considerando** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

**Considerando** as informações obtidas no inquérito civil nº 06.2021.00000350-9, no qual se identificou que o imóvel abaixo identificado não possui passeio público acessível em toda sua extensão;

**Considerando** a exigência do art. 13 do Decreto nº 5.296/2004, de que só poderão ser emitidos alvarás de funcionamento e de habitação (habite-se) se certificado o cumprimento das regras de acessibilidade, previstas na NBR 9050, da ABNT;

**Considerando** que a Lei 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

**Considerando** a previsão do artigo 242 do Código de Posturas do Município de Porto União (LC nº 12/2000) e, mais recentemente, o Decreto Municipal nº 428/2018;

**Considerando** o disposto no artigo 41 da Lei Complementar nº 024, de 13 de abril de 2007 (Código de Obras e Edificações de Porto União);

**Considerando** que a norma técnica, NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª** – No **prazo de 270 dias, a contar da assinatura**, o compromissário comprovará ao Ministério Público, por qualquer meio, a adequação da pavimentação das calçadas / passeios do imóvel de sua propriedade, situado na *Avenida Getúlia Vargas, n. 858, centro de Porto União/SC (matrícula nº 18.387)*, observando as normas de acessibilidade da ABNT, em especial a 9050, e a padronização do revestimento instituída pelo Município.

**Parágrafo primeiro** – A calçada terá a largura mínima indicada no Código de Posturas, Plano Diretor e Código de Obras de Porto União, será revestida com o material definido pelo Município - Decreto Municipal nº 428/2018 - e observará,

em especial, as regras de inclinação máxima e a proibição quanto à existência de degraus, sendo que as dúvidas técnicas devem ser sanadas junto à equipe de engenharia do Município;

**Parágrafo segundo** – Havendo impossibilidade técnica e/ou operacional devidamente demonstrada e justificada para a conclusão da obra dentro do prazo estabelecido no *caput*, a contagem iniciará na data consignada no cronograma de execução que, declarado pelo prestador contratado, aportar no Ministério Público até o primeiro terço do prazo estabelecido e que esteja acompanhada do contrato firmado e do comprovante do adiantamento / pagamento, total ou parcial, para demonstrar a boa-fé quanto ao cumprimento da obrigação principal;

**Cláusula 2ª** – No **prazo máximo de 60 dias**, a contar da prova da obra de adequação ao Ministério Público, conforme a cláusula primeira, o(a) compromissário(a) apresentará à Promotoria de Justiça:

- a) anotação individual de responsabilidade técnica - ART, assinada por engenheiro, informando e declarando o cumprimento integral da NBR 9050 em relação ao passeio público do referido imóvel;
- b) documento que demonstre a qualidade do material empregado na obra – selo de qualidade do paver;
- c) notas-fiscais do material empregado e do serviço prestado;

**Cláusula 3ª** - Em caso de descumprimento da obrigação pactuada na cláusula 1ª, incidirá o(a) compromissário(a) em multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, independente de notificação sobre a mora;

**Parágrafo único** – Se o descumprimento for da obrigação e do prazo estabelecido na Cláusula 2ª, a multa será de R\$ 50,00 por dia de atraso, igualmente

independente de notificação sobre a mora;

**Cláusula 4ª** - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

**Cláusula 5ª** - O arquivamento definitivo do procedimento de acompanhamento dependerá do cumprimento da cláusula 2ª, ou seja, só ocorrerá após a apresentação dos documentos que demonstram a regularidade técnica e o recolhimento dos respectivos tributos.

**Cláusula 6ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o(a) compromissário(a), desde que cumpridos os itens ajustados nos prazos estabelecidos;

**Cláusula 7ª** – Para fins de orientação relacionada à execução da obra / obrigação ora pactuada, em especial sobre a acessibilidade do imóvel, o(a) compromissário(a) recebe as seguintes informações:

I - sobre a necessidade de escolher fabricante / instalador certificado pela Associação Brasileira de Cimento Portland, a relação nacional pode ser acessada pelo seguinte *link*: <http://www.abcp.org.br/cms/selos-de-qualidade/blocos/selos-de-qualidade-blocos-de-concreto/>

II – sobre os passeios acessíveis, as normas técnicas de observância obrigatória e a forma de executar o serviço, recomenda-se o acesso e a leitura da cartilha elaborada pelo CREA-SC.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 2 (duas) vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial a partir da data da sua assinatura.

Aproveitando o ato e nos termos do item 4.4, "f", da Portaria inaugural,


**cientifica-se o(a) compromissário(a) sobre o arquivamento deste inquérito civil,** pois, como já adiantado, a fiscalização dos prazos e obrigações será objeto de procedimento administrativo próprio.

Porto União, 22 de março de 2021.

Tiago Davi Schmitt  
Promotor de Justiça

Rogério Francisco Faesser de Souza  
Compromissário

TESTEMUNHA:

  
Renata Pereira Vieira  
Assistente de Promotoria